

# **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM**

## **Diretoria Geral de Controle Interno**

<b>ORIENTAÇÃO TÉCNICA Nº 003/2017</b>	
<b>ÓRGÃO OU ENTIDADE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:</b>	<b>Todos os Órgãos da Administração Pública Direta e Indireta</b>
<b>ASSUNTO:</b>	<b>ORIENTAÇÃO QUANTO A RESPONSABILIDADE DOS GESTORES DE SECRETARIA AO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES AO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO CUIABÁ-PREV DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO SOB PENA DE MULTA.</b>

**CONSIDERANDO** o papel da Controladoria Geral do Município – CGM, órgão de Controle Interno no âmbito da Administração Pública municipal que tem competência de zelar pela probidade administrativa, apurando irregularidade financeira dos gastos públicos, a fidelidade aos princípios constitucionais, examinando a legalidade dos atos, contratos e convênios da Administração, entre outras correlatas, inclusive, o apoio aos Órgãos de Controle Externo;

**CONSIDERANDO** a Lei Complementar n.º 399 de 24 de novembro de 2015 ao reestruturar o regime próprio de previdência social do município, que trouxe maior celeridade aos processos e transparência aos recolhimentos e gastos, conferindo melhorias para os servidores municipais;

**CONSIDERANDO** que a previdência municipal, denominada CUIABÁ-PREV, destina-se a assegurar através de prestações de natureza previdenciária aos servidores ativos, inativos e seus dependentes dos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Cuiabá e aos ativos e inativos do Poder Legislativo devido à interrupção, depreciação ou cessão dos meios de subsistência;

**CONSIDERANDO** que a filiação ao CUIABÁ-PREV do servidor efetivo é obrigatória, sendo ao servidor comissionado aplicado o regime geral da Previdência Social;

## **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM**

### **Diretoria Geral de Controle Interno**

**CONSIDERANDO** que o CUIABÁ-PREV é constituído por 02 (dois) planos de financiamento para custeio de benefícios previdenciários, o Fundo Previdenciário e o Fundo Financeiro;

**CONSIDERANDO** o que expressamente dispõe os incisos do Art. 49 da mencionada lei quanto à composição do Fundo Previdenciário/Financeiro, sendo o recolhimento das contribuições e consignações no importe de 11% (onze por cento) das contribuições mensais dos segurados ativos, 11% (onze por cento) dos proventos e pensão dos inativos e pensionistas, 15,58% (quinze inteiros e cinquenta e oito por cento) de uma contribuição mensal do Município, 15,58% (quinze inteiros e cinquenta e oito por cento) de uma contribuição mensal dos órgãos municipais sujeitos a regimes de orçamento próprio, dentre outros;

**CONSIDERANDO** que é de responsabilidade de cada Secretário o recolhimento ao CUIABÁ-PREV ou estabelecimento indicado até o dia 20 (vinte) do mês subsequente da importância devida, conforme dispõe o Art. 53, II da referida Lei Complementar;

**CONSIDERANDO** ainda que constitui irregularidade o recolhimento das contribuições fora do prazo, no qual ocasionará o pagamento de juros moratórios na razão de 1% (um por cento) mês ao Secretário, previsto no Art. 54 do mesmo instituto legal.

Com o propósito de proteger os servidores públicos municipais efetivos, a Controladoria Geral do Município – CGM **ORIENTA:**

Dispondo a Lei Complementar n.º 399/2015 sobre a responsabilidade do Secretário, prazo e as penalidades no atraso ao recolhimento do fundo previdenciário do CUIABÁ-PREV a Controladoria Geral do Município - CGM prezando pelo cumprimento do ordenamento legal, orienta que os Secretários observem as condições legais contidas na referida lei complementar do Município de Cuiabá/MT, **recolhendo as contribuições ao CUIABÁ-PREV, dentro do prazo legal, ou seja, ATÉ O DIA 20 DE CADA MÊS.**

Ressalta-se que o não recolhimento das contribuições a que se refere esta lei, no prazo estabelecido, **acarretará no pagamento de JUROS DE MORA EM 1% (UM POR CENTO) AO MÊS.**



## **CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CGM**

### **Diretoria Geral de Controle Interno**

Por fim, A RESPONSABILIDADE DOS REPASSES NO PRAZO LEGAL, OBRIGATORIAMENTE, É DO GESTOR DA SECRETARIA, ao deixar de ser feito o repasse no prazo legal, esclarecemos mais uma vez, que será imputada multa sobre o capital e cada secretário junto com seus DAF's, responderão dentro das suas atribuições, onde serão convocados a ressarcir os cofres públicos dos valores dos juros acrescidos sobre esse capital, que será de 1% (um por cento).

Deste modo, este órgão de controle e assessoramento imediato do Prefeito orienta todos os Secretários ao dever de se atentar aos requisitos elencados na *Lei Complementar n.º 399 de 24 de novembro de 2015*, o qual esclarece a responsabilidade do gestor de secretaria, o prazo para repasse das contribuições ao CUIABÁ-PREV e as consequências pela desobediência.

É a nossa orientação.

Cuiabá-MT, 16 de janeiro de 2017.

À apreciação superior.



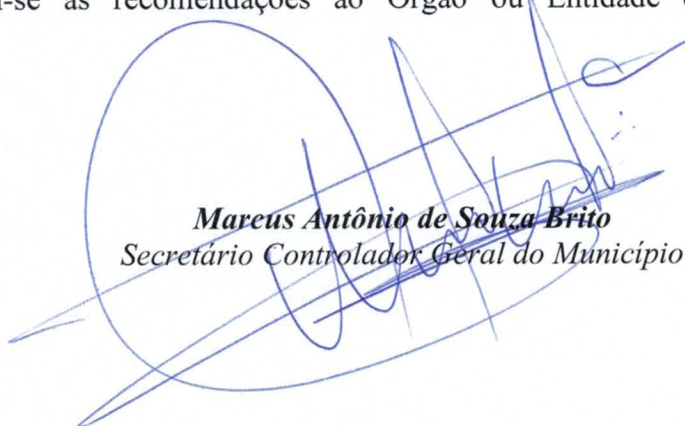
***Cristovam Braz Santana Jr.***  
*Coordenador de Gestão de Pessoas e Previdência*



***Wanderson Arruda de Oliveira***  
*Auditor Público Interno*

De acordo.

Encaminhem-se as recomendações ao Órgão ou Entidade do Poder Executivo Municipal.



***Marcus Antônio de Souza Brito***  
*Secretário Controlador Geral do Município*